

## Índice

O Partido Democrata, uma marca em reconstrução .....	1
Populismo económico para cobrir os desacordos .....	3

### O Partido Democrata, uma marca em reconstrução

O Partido Democrata dos Estados Unidos foi pioneiro na política identitária, à qual também se juntou a esquerda europeia. Esta bandeira trouxe uma mudança de prioridades, que se traduziu no afastamento das suas causas tradicionais. Em face da crise interna dos democratas, agravada depois da sua derrota nas presidenciais de 2016, surgem diagnósticos que responsabilizam a viragem identitária para a realidade da confusão atual.

Para Mark Lilla, professor de ciências humanas na Universidade de Colúmbia, historiador das ideias e pessoa de esquerda heterodoxa, a política identitária constituiu uma rutura ideológica do Partido Democrata com o nervo central do *New Deal* de Franklin D. Roosevelt: a aspiração de construir um país unido pela solidariedade e pela igualdade de oportunidades.

Se na visão de Roosevelt o primordial era garantir “os mesmos direitos e a mesma proteção social para todos”, hoje a esquerda vela sobretudo pelos direitos de certos grupos que se definem por traços diferenciadores como a raça, a etnia, o sexo, a nacionalidade ou a orientação sexual, explica Lilla num [artigo](#) que resume o seu novo livro “The Once and Future Liberal: After Identity Politics”.

O ponto de inflexão aconteceu com o surgimento da Nova Esquerda nos anos 70 do século XX. A “política da solidariedade” que, na opinião de Lilla, deixou como herança o *New Deal*, deu lugar à “política da diferença”. Houve um *boom* de

movimentos sociais, cada um dos quais preocupado com as suas próprias causas: feminismo, ecologia, LGTB...

Estes movimentos diferenciavam-se de outros nascidos escassos anos antes, como o dos direitos civis dos negros ou o das sufragistas, em que não falavam “de uma natureza humana e de uma cidadania comuns”, mas sim do que caracterizava certos grupos relativamente a outros. Pela mão desta mentalidade ia o lema “o pessoal é político”, que converteu a atividade a favor dessas causas em expressão de identidade.

#### O que é meu não se debate

Este é o projeto de esquerda que veio a prevalecer nas universidades dominadas pelas elites progressistas. Trata-se de uma esquerda influenciada pelo contexto “de uma sociedade burguesa extremamente individualista (...), que mantém os estudantes centrados em si próprios, ensinando-lhes que a escolha pessoal, os direitos individuais e a auto-definição são sagrados”.

Não é estranho que esta perspetiva tenha conduzido a outra viragem. Para estes jovens, explica Lilla, o político passou a ser o pessoal: dado que o compromisso político a favor das suas causas os auto-define, “as suas posições tendem a ser absolutas e não negociáveis”. Assim, diminui a sua tolerância para com as divergências nesses temas, ao mesmo tempo que perdem “interesse pelos assuntos que não afetam as suas identidades nem as pessoas que são como eles”.

Lilla não renega certos frutos da política identitária, como o avanço da contracultura dos anos 70. Nalgumas passagens do livro pesa mais a estratégia do que o diagnóstico: diante da pulsão destrutiva dos republicanos, afirma, os democratas deveriam centrar-se na recuperação da Casa Branca através das urnas, não dos movimentos de cidadãos, e proteger assim o legado identitário – desde “a discriminação positiva e a diversidade” ao “feminismo” e “à libertação *gay*” – que, na sua opinião, tornou mais inclusivo o país.

O problema é que este modo de fazer política também “alterou o foco do progressismo do comum para a diferença”. Este é o paradoxo que Lilla se atreve a reconhecer. E, por isso, denuncia os excessos de uma mentalidade que está a deixar o país preso “no mundo dividido de soma zero da política identitária, perdendo o sentido do que nos une como nação”.

Lilla conclui o seu artigo com uma mensagem para o *establishment* democrata: “Chegou a altura para os progressistas de fazer uma viragem de 180 graus e de voltar a articular os seus princípios básicos sobre a solidariedade e a proteção igual para todos”.

### Contra o tratamento de favor

Que a lógica identitária acaba por dividir a sociedade é a consequência de entender a dinâmica social em termos de opressores e vítimas. Quando um grupo se sente excluído da proteção especial que outros conseguem através da discriminação positiva, é fácil que apareça a vitimização ou até o ressentimento.

A comparação é inevitável: se certos grupos podem invocar a política identitária para conseguir vantagens – critérios de admissão nas universidades que favorecem as minorias raciais, quotas de representação baseadas na raça ou no sexo, medidas para promover a visibilidade dos homossexuais –, por que não podem fazer o mesmo os restantes?

Este é um dos motivos mais sérios que está por detrás do fenómeno Trump. A socióloga Arlie Hochschild, que – diversamente de Lilla – acredita na eficácia dos movimentos sociais da Nova Esquerda, [retrata muito bem](#) o mal-estar dos votantes de Trump no seu livro “Strangers in Their Own Land: Anger and Mourning on the American Right” (2016). E embora não partilhe a sua visão do mundo, fez o esforço por procurar entendê-la: mudou-se da progressista Universidade da Califórnia, em Berkeley, para uma estadia de cinco anos no Luisiana, um estado do Sul de maioria republicana, e o mais pobre do país na altura. Aí entrevistou de forma profunda 60 pessoas, na maioria dos casos, militantes do Tea Party.

Segundo Hochschild, todos os votantes têm uma “história profunda” através da qual interpretam o mundo; ou seja, a

perceção de como são as coisas. Por aquilo que viu, a dos apoiantes de Trump afirma algo parecido com isto: “Estamos numa fila – como numa peregrinação – no topo de uma montanha, que é o sonho americano. Estamos há muito tempo à espera da nossa vez. Os nossos pés estão esgotados. Temos a sensação de merecermos alcançar o objetivo. Fizemos o que devíamos: cumprimos as normas e trabalhamos bem. Mas a fila não avança. E verificamos que alguns começam a esgueirar-se...”. Nesses encontram-se todas as minorias e grupos sociais beneficiados durante as últimas décadas pelas medidas de discriminação positiva.

### Uma vacina moral

A consciência de vítima agrava-se quando, ao levantar estas objeções, uma pessoa é privada de legitimidade moral e tratada automaticamente como intolerante. Mas os oponentes da política identitária não questionam a igualdade de todos perante a lei, mas sim o tratamento de favor que alguns grupos recebem.

Pode-se argumentar que este tratamento especial pretende corrigir as discriminações que esses grupos sofreram no passado, mas então não é surpresa que aqueles que se sentem vítimas no presente reivindiquem o que é seu. Trata-se de um círculo vicioso, no qual há sempre injustiçados que precisam de reparação.

De facto, a própria política identitária pode ser entendida como um programa coletivo de redenção. Assim o [sugere](#) no “The Wall Street Journal”, Shelby Steele, investigador da Hoover Institution e autor do livro “Shame: How America’s Past Sins Have Polarized Our Country” (2015). Segundo Steele, afro-americano criado nos Estados Unidos da segregação racial, esse país tem estado a viver desde os anos 60 do século passado naquilo que designa por “época da culpa branca”, que não tem tanto a ver com os remorsos devidos aos maus-tratos históricos às minorias por parte da sociedade norte-americana, como pelo “pânico de ser estigmatizado pelas velhas intolerâncias dos EUA: racismo, machismo, homofobia e xenofobia”.

O progressismo surgido naqueles anos – com a sua amálgama da “política identitária, do politicamente correto, da ortodoxia ambiental, do culto pela diversidade, etc.” – seria a resposta que a esquerda deu ao problema da “culpa branca”. Enquanto isso, a direita ia-se preocupando com a riqueza e a limitação do Estado, diz Steele, e a esquerda optou por se arvorar “na guardiã da legitimidade moral dos EUA”.

Os mais sagazes viram aqui uma mina de ouro político. “Barack Obama e Hillary Clinton, progressistas credenciados, procuraram alcançar o poder oferecendo as suas candidaturas como oportunidades para que os norte-americanos certificassem a sua inocência relativamente ao passado do país.

'Tive de votar em Obama', disse-me um republicano duro. 'Não podia dizer ao meu neto que não tinha votado no primeiro presidente negro'. Para este homem, o progressismo era uma vacina moral que o imunizava contra a estigmatização".

Mas a vacina identitária poderia estar a perder o seu sentido. Steele sublinha duas razões. A primeira é o fim da *obamania*: "A presidência de Obama foi talvez o ponto alto da época da culpa branca, pelo que agora a culpabilidade estaria a entrar em declínio"; algo assim como uma morte devido ao sucesso. E a segunda é a entrada de Trump na cena política: "numa sociedade envergonhada pelo seu passado", o republicano ignora aqueles que lhe chamam racista e devolve a sua legitimidade aos difamados. O preço de ter convertido o progressismo numa identidade terapêutica é que, uma vez libertadas, as pessoas com medo de serem estigmatizadas, enfraquecem-se.

Claro que também podemos interrogar-nos até que ponto Trump não está a seguir a mesma estratégia, redefinindo a política identitária para seu próprio proveito. Disso [avisou](#) no ano passado, Brendan O'Neill, editor de "Spiked": na realidade, Trump não tem nada de politicamente incorreto; mais, é a outra face "da política de vitimização que está no centro do discurso politicamente correto". Por isso, procura explorar ao máximo a sensação de abandono dos brancos, "que precisam dele para que os faça sentirem-se melhor".

## Mais diversidade ideológica

Nesta insana espiral de vitimização, algumas vozes críticas pedem à cúpula democrata a reversão da viragem identitária. Um dos primeiros a quebrar o gelo, somente dois dias após a derrota de Hillary Clinton, foi Bernie Sanders, que [pediu](#) aos democratas que fossem "além da política identitária" e promovessem "candidatos que se coloquem do lado dos trabalhadores e que percebam que o rendimento familiar baixou em termos reais". Uma semana antes, no Twitter, havia afirmado: "Venho da classe operária branca e sinto-me profundamente humilhado, porque o Partido Democrata não pode falar com as pessoas do lugar de onde vim". Mas, no fundo, a sua abordagem centrada na classe social continua a ser identitária.

Outros insistem em ampliar o espectro das preocupações do partido – incluindo as de Sanders –, para ganhar em diversidade ideológica. "Atualmente, a política identitária e o desdém pela religião estão a criar um novo fosso social que os democratas têm de reduzir, promovendo a liberdade de expressão nas universidades e o respeito pelos católicos e por todos os crentes que se sentem marginalizados no partido", [escrevem](#) no "The New York Times", Mark Penn, conselheiro político de Bill e Hillary Clinton entre 1995 e 2008, e Andrew Stein, presidente do conselho municipal de Nova Iorque.

Penn e Stein explicam que o Partido Democrata já passou pela febre identitária no início dos anos 90. Mas, em 1995, pouco depois de perder a maioria nas duas câmaras do Congresso, algo que não ocorrera em 40 anos, Bill Clinton decidiu levar os democratas para o centro. O resultado foi a reeleição, por ampla margem, nas presidenciais de 1996. Um resultado muito diferente, acrescentam, do que deixou o regresso "da política identitária, da luta de classes e do intervencionismo" durante os últimos anos: mais de 1000 lugares perdidos nas assembleias legislativas estaduais de todo o país e a perda do controlo das duas câmaras: a dos Representantes em 2010, e o Senado em 2014.

A explicação que dão para estes resultados aponta para as preocupações dos votantes: "Um pouco mais de um quarto dos norte-americanos declaram ser progressistas, enquanto que quase três quartos se consideram moderados ou conservadores. No entanto, os pontos de vista moderados estão a ter escassa representação no processo de nomeação presidencial". Daí que proponham eliminar os *caucus*, onde os mais ativistas do partido têm "um peso desproporcionado", e reforçar a eleição direta nas primárias.

J. M.

## Populismo económico para cobrir os desacordos

Os líderes democratas apresentaram uma declaração programática para unir as suas bases nas eleições legislativas de 2018 e, de passagem, calar os que dizem que apenas sabem protestar contra Donald Trump.

A impressão de que o Partido Democrata não tem uma mensagem construtiva teve tal repercussão, que o líder democrata no Senado, Chuck Schumer, optou por enfrentá-la na apresentação oficial do "A Better Deal", a 24 de julho: "Demasiados norte-americanos não sabem aquilo por que lutamos. Mas isto muda a partir de hoje".

Nesse mesmo dia, Schumer publicou um [artigo](#) no "The New York Times" onde explicava as linhas mestras do plano: "Nós, os democratas, vamos mostrar ao país que somos o partido da classe trabalhadora e que defendemos três coisas simples. Primeira: vamos aumentar os salários das pessoas. Segunda: vamos reduzir os seus gastos quotidianos. E terceira: vamos dar aos trabalhadores as ferramentas de que necessitam na economia do século XXI".

Estes objetivos serão desenvolvidos através de políticas concretas. O plano inclui algumas que já figuravam no programa de Hillary Clinton para as presidenciais de 2016: criar empregos através de um plano federal de investimento em infra-estruturas; aumentar o salário mínimo; promover serviços acessíveis de cuidados infantis e baixas laborais remuneradas por motivos familiares ou de saúde... Além disso, adianta outras medidas mais inovadoras: regulamentos para conter os preços dos medicamentos com receita; incentivos fiscais para os empresários que invistam na formação do seu pessoal; um plano anti-monopólios...

## Estratégia sem consenso de fundo

Em pleno debate interno sobre a estratégia a seguir para reconstruir o partido, "A Better Deal" envia uma mensagem de unidade. Em grandes linhas, a divisão é entre um setor da esquerda interessada sobretudo em reduzir a desigualdade económica e menos pelas "guerras culturais" (aborto, suicídio assistido, agenda LGTB, marijuana legal...) e outro que insiste em manter o foco na política identitária, sem abandonar a justiça social. As posições não são monolíticas: o que se discute é em que assuntos deve o partido concentrar-se e que candidatos terá de apoiar para as legislativas de 2018 ("Aceprentsa", 26.5.2017).

"A Better Deal" também proporciona clareza, em contraste com o programa de Clinton. Isto vai-lhes servir para que a mensagem chegue melhor, e tentar assim arrebatá-lo a Trump a bandeira de que ele é quem na verdade representa os "esquecidos" por Washington. Mas a clareza, mal utilizada, pode chegar a converter-se em demagogia. Surpreende que o documento assumia de forma acrítica o discurso populista que é usado tanto por Trump, como pela ala mais à esquerda do seu partido.

De forma implícita, os democratas que um dia apresentaram Hillary Clinton como uma especialista em enfrentar as soluções simples de Trump, parecem estar a assumir que não há outra forma de ganhar ao atual presidente do que imitando certos tiques populistas. Os jornalistas do "The New York Times", Matt Flegenheimer e Alexander Burns, revelam-no na [notícia](#) sobre a apresentação do "A Better Deal": "Schumer sugeriu, de facto, que o sucesso de Trump havia demonstrado o potencial deste tipo de estratégia". E fazem notar que os próprios democratas reconhecem que o documento "lhes pode servir mais como uma armadura flexível para as suas campanhas de 2018, do que como um mapa ideológico ou político preciso".

Não é evidente se constitui uma crítica ou um elogio, pois a estratégia de simular um consenso entre fações rivais pode ter inconvenientes: cobrir os desacordos sem entrar num debate ideológico de fundo é fechar uma ferida em falso. Os republi-

canos já passaram por isso com [o Tea Party e os libertários](#); e ainda não resolveram a sua crise de identidade.

De qualquer forma, "A Better Deal" pode ter um efeito positivo imprevisto na diversidade do Partido Democrata. Se o *establishment* se limita a exigir unidade em torno dos três objetivos do plano e prescinde de passar testes de pureza ideológica noutros temas controversos, em 2018, poderíamos ver candidatos com ideias mais variadas em temas como o direito à vida, a família ou a educação.

J. M.